



O SANEAMENTO NA AGENDA PÚBLICA: A DINÂMICA POLÍTICA E A IMPLANTAÇÃO DOS SERVIÇOS EM RIO BRANCO - ACRE

**Orlando Sabino da Costa Filho¹
Sonaly Cristina Rezende²**

Resumo

O artigo propõe-se a analisar a ascensão dos serviços de abastecimento de água, no município de Rio Branco – Acre, à agenda governamental durante a implantação dos serviços, em 1957, por meio de um modelo de administração direta, então a cargo do Governo do Território Federal, e a sua posterior mudança, em 1969, já sob a égide do Governo do Estado, pós criação da Unidade Federativa do Acre, por meio de um modelo de Autarquia Estadual. A principal teoria na qual se embasa a discussão é proveniente da Ciência Política, correspondendo ao modelo de múltiplos fluxos, de Jonh Kingdon. A pesquisa que deu origem a este estudo se assenta nas metodologias qualitativa e quantitativa. Os resultados da análise proposta revelaram que as ações de saneamento em Rio Branco, não obstante a existência de uma situação grave no fluxo de problemas, caracterizados, principalmente, no primeiro momento, pela ausência dos serviços em um contexto de rápido crescimento demográfico e, num segundo momento, pela deficiência na prestação dos serviços, seja na cobertura, seja na qualidade, permearam o fluxo da dinâmica política que criou as reais oportunidades para a sua entrada na agenda, sob o

Recebimento: 27/5/2015 • Aceite: 21/8/2015

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em de Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte, MG, Brasil. Docente da Universidade Federal do Acre, Rio Branco, Acre. E-mail: orlandosabino@uol.com.br

² Doutora em Demografia e Mestre em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Docente da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil. E-mail: srezende@desa.ufmg.br

impacto das mudanças ocorridas no país e na região, a partir da segunda metade dos anos 1940. Verificou-se também que a abertura da janela de oportunidade para o saneamento foi viabilizada pela presença, na região, do Serviço Especial de Saúde Pública - SESP e posteriormente da Fundação Serviço Especial de Saúde Pública - FSESP.

Palavras-chave: Acre; Múltiplos fluxos; Políticas Públicas; Rio Branco; Saneamento

SANITATION IN PUBLIC AGENDA: A DYNAMIC POLITICS AND IMPLEMENTATION OF SERVICES IN RIO BRANCO - ACRE

Abstract

This article proposes the analyzes of the water supply services rising in the city of Rio Branco - Acre, the governmental agenda during the services implantation, in 1957, through a model of direct administration, where the Government of the Federal Territory was in charge, and its subsequent changes in 1969, under the aegis of the State Government, post creation of the Federative Unit of Acre, by means of a state autarchy model. The main theory which supports the discussion comes from the political science, corresponding to the multiple streams model, by John Kingdon. The research that gave rise to this study is based on qualitative and quantitative methodologies. The results of the proposed analysis revealed that sanitation actions in Rio Branco, despite the existence of a serious situation in the stream of problems, characterized mainly, at first, by the lack of services in a context of rapid demographic growth and, secondly, by the deficiency in the services, either on the cover or in quality, permeated the flow of political dynamics that created the real opportunities for their entrance in the agenda under the impact of changes in the country and in the region, from the second half of the 40's. It was also verified that the opening of the opportunity window for sanitation was made possible by the presence, in the region, of the Special Public Health Service-SESP and later on by the Special Service of Public Health Foundation-FSESP.

Keywords: Acre; Multiple Streams; Public Policy; Rio Branco; Sanitation

Introdução

O artigo propõe-se a contribuir para o melhor entendimento da gestão dos serviços de abastecimento de água, em particular, como os serviços entram na agenda governamental em detrimento de outras prioridades coletivas, tendo como estudos de caso dois modelos adotados no município de Rio Branco, capital do Estado do Acre. O primeiro, implantado em 1957, quando o Acre ainda se constituía um Território Federal; e o segundo, em 1969, implantado já na condição do Acre Estado.

Trata-se de um estudo sobre políticas públicas em saneamento que procura analisar as motivações e os processos políticos que levaram o saneamento à agenda governamental. Esta avaliação insere-se na nova visão das políticas públicas de saneamento no Brasil, defendidas por Heller e Castro (2007), que destacam a necessidade de alinhamento da gestão e das tecnologias, que têm merecido pouca atenção no País, sendo escassos os estudos que incorporem uma visão integrada do saneamento, para além dos aspectos tecnológicos, envolvendo a formulação, avaliação, organização institucional e participação da população como cidadã e usuária dos sistemas.

A base teórica para o estudo é o primeiro ciclo da política pública, a formação da agenda governamental (agenda-setting), tendo como suporte o modelo dos múltiplos fluxos, de John Kingdon (2003). A utilização dessa abordagem objetiva compreender como o saneamento na capital do Acre ascende à agenda governamental nos dois momentos mencionados anteriormente, através do mapeamento de três fluxos: 1) o da definição e apresentação dos problemas relativos às demandas de saneamento na cidade; 2) o da geração e difusão de ideias relacionadas às soluções propostas para o atendimento a essas demandas e 3) o do contexto político e institucional no qual as ideias voltadas para o desenvolvimento de soluções para o atendimento das demandas de saneamento se oportunizaram. Finalmente, analisar-se-á como estes três fluxos se combinaram para criar possibilidades concretas de mudanças na agenda pública e que permitiram a inserção do saneamento no conjunto maior das políticas governamentais.

Para alcançar os objetivos propostos, utilizaram-se os métodos qualitativo e quantitativo. O primeiro, com base em análise de conteúdo de publicações científicas, documentos públicos oficiais, notícias publicadas na mídia escrita e entrevista semiestruturada, realizada com um técnico que participou do processo de mudança em 1969. O segundo, com base em dados do IBGE, para descrever as condições de atendimento ao longo do período analisado.

O objeto de estudo é a cidade de Rio Branco, capital do Estado do Acre, localizada na Amazônia brasileira, e maior centro populacional, comercial, cultural e industrial desta unidade da federação. Conforme o IBGE – Cidades (2015), o município ocupa uma área de 8.835,543 km² e sua população, estimada em 2014, era de 363.928 mil habitantes. Dentre as capitais brasileiras, é a que apresenta um dos mais baixos rendimentos medianos mensais *per capita* do País, cerca de R\$ 450,00. O seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM, em 2010, foi de 0,727, sendo o maior dentre os municípios do Acre e um dos mais baixos dentre as capitais brasileiras (ATLAS..., 2013).

A formação histórica, econômica e social de Rio Branco vai marcar fortemente a dinâmica da implementação dos serviços de saneamento na cidade. Como uma cidade tipicamente amazônica, a sua evolução é compatível com o que ocorreu em toda a região, mas com algumas particularidades. Oliveira (1995) relata que a reflexão sobre a Amazônia, tal como é conhecida hoje, atravessou vários momentos sob o impacto de distintas formas de percepção de sua realidade objetiva ou mítica. O Estado do Acre e sua capital, Rio Branco, surgiram durante o ciclo da borracha (entre 1879 e 1912), que desvendou uma nova Amazônia. Também revela que, ao lado dos mitos, fantasias, lendas e sonhos de enriquecimento rápido, inauguraram-se uma nova sociedade e uma nova geografia, com a incorporação de novos territórios, consequências inevitáveis do chamado surto gomífero.

Costa Filho (1995) relata que todo movimento de ocupação das terras do Acre está inserido numa nova forma de colonialismo ligado à utilização da borracha como matéria-prima de fundamental importância para o desenvolvimento do capitalismo, principalmente para a indústria automobilística, sob o comando do grande capital monopolista internacional.

Antes território boliviano, a conquista do Acre para o Brasil se deu através da Revolução Acreana (1902-1903), comandada pelo gaúcho Plácido de Castro, um movimento armado que culminou com a assinatura, entre autoridades do Brasil e da Bolívia, do Tratado de Petrópolis, em 17 de novembro de 1903, que anexou o Acre ao Brasil, sendo esta a última área territorial incorporada ao território brasileiro (PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO, 2013).

Em 1904, o governo central criou o Território Federal. Lima e Silva (2013) os caracterizam como espaços criados nas zonas de fronteira, como estratégia geopolítica, estabelecidas ao longo do processo de construção histórica e territorial do País. A cidade de Rio Branco foi escolhida, em 1929, para ser a capital do Território Federal

do Acre. O período do Acre Território, que vai até 1962, é caracterizado pela inexistência de autonomia política, administrativa e financeira e uma alta rotatividade de governadores e prefeitos, que vão, decididamente, marcar a ausência de investimentos em infraestrutura de saneamento na cidade.

Para se analisar o processo de formação da agenda de implantação dos serviços, em 1957, e a sua primeira mudança institucional, em 1969, buscou-se analisar o período constituído entre o final da II Guerra Mundial até o final dos anos de 1960, período caracterizado por mudanças significativas no cenário político brasileiro, com reflexos contundentes na gestão pública nacional e local.

Em 1957, foram instalados os primeiros 200 metros de rede de abastecimento de água na área central da cidade, por meio de acordos entre os Governos do Território e o Federal, através da Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia -SPVEA. O serviço ficou sob a responsabilidade do Departamento de Obras e Viação - DOV, da estrutura da administração direta do Território do Acre (GOVERNO..., 1958).

Conforme Freitas (2014), inicialmente, a estrutura de captação de água se dava por meio de estação elevatória em balsa flutuante no Rio Acre direto para um reservatório elevado com capacidade de 500 m³ que, por gravidade, distribuía a água bruta para a população. A rede de distribuição, bastante incipiente pela baixa cobertura que apresentava, era em manilha de cimento amianto e nas ligações domiciliares foram adotados tubos e conexões de aço galvanizado de ½ polegada. O mesmo autor estima que o sistema atingiu 400 ligações intradomiciliares e comerciais, ao final de 1968.

Com a elevação do Acre à categoria de Estado, em 1962, o sistema passou à responsabilidade do Departamento de Água e Saneamento, na estrutura do Departamento de Obras e Viação do Estado (DOV), que posteriormente se transformaria em Secretaria de Obras. Mas, foi mais adiante, em 1969, que aconteceu a primeira mudança institucional de vulto para o saneamento local, com a criação dos Serviços Autônomos de Água e Esgotos do Acre (SAAE), através da Lei Estadual Nº 274. O SAAE passou a gerir os serviços de Rio Branco, por meio do modelo de autarquia estadual, no mesmo ano em que foi extinto o Departamento de Água e Saneamento da Secretaria de Obras do Estado, por força da Lei Nº 289, que transferiu todo o seu acervo para a nova estrutura. Conforme Freitas (2014), os investimentos da autarquia concentraram-se em novos pontos de captação de água, na construção de dois novos reservatórios, em novas adutoras, na

substituição das tubulações de aço galvanizado existentes para as de PVC e na ampliação do sistema de distribuição para outros pontos da cidade. Para administrar os serviços foi firmado um convênio entre o Governo do Estado e a Fundação Serviço Especial de Saúde Pública - FSESP, que recebia, a título de taxa de administração, valores equivalentes a 10% do faturamento bruto da autarquia.

Analisar-se-á separadamente cada um dos três fluxos do modelo de Kingdon (2003) para proceder-se então à sua combinação e se analisar como estes resultaram na abertura das janelas de oportunidades para a efetivação das mudanças nas ações de saneamento locais. A análise dos processos será fundamentada nos movimentos políticos, econômicos e sociais que repercutiram na cidade em função das políticas nacionais, como um todo, e para a Amazônia, em particular.

O fluxo de definição de problemas

Kingdon (2006a) descreve que o reconhecimento de problemas é um passo crítico para o estabelecimento de agendas e que as chances de um certo tema assumir um lugar de destaque em uma agenda são maiores se eles estiverem associados a um problema importante. Deste modo, o reconhecimento e a definição dos problemas afetam significativamente os resultados.

A ausência de saneamento básico em uma cidade, capital de um Território Federal, entra na categoria de situação real, expressa por indicadores demográficos, nos anos que antecederam a implantação dos serviços de abastecimento de água, em 1957. Aliado a isso, o final da II Guerra Mundial deteriorou ainda mais as condições econômicas e sociais locais, tendo em vista a redução da produção da borracha, retomada depois de um período de abandono e decadência ocasionados pela quase total ausência do Estado em função da crise global da economia gomífera, no contexto do Pós I Guerra Mundial.

Quando eclodiu a II Guerra Mundial, em 1939, a borracha produzida na Amazônia tornou-se, mais uma vez, estratégica, agora para o esforço de guerra, devido à ocupação, por japoneses, dos seringais de cultivo no sudeste asiático. Esse movimento forçou os aliados, sob o comando dos Estados Unidos, a promoverem uma verdadeira operação de guerra que resultou em várias ações de apoio ao Brasil, mais especificamente às regiões fornecedoras de produtos considerados estratégicos, por meio dos “Acordos de Washington”. Em meio a esses acordos, encontrava-se a “Batalha da Borracha”, marcada pela vinda de milhares de nordestinos para a Amazônia a fim de

restabelecer uma produção gomífera capaz de abastecer os países aliados. Este episódio provocou mudanças na dinâmica demográfica da Cidade de Rio Branco, expressas no crescimento da população urbana (PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO, 2013).

Além dos referidos investimentos e dos imigrantes nordestinos, a Batalha da Borracha trouxe para a Acre nova expectativa de desenvolvimento. Porém, findada a guerra, cessou também o apoio financeiro dos Estados Unidos, estabelecendo-se uma nova crise social e econômica na Região. As políticas públicas nacionais e locais passaram então a buscar novos rumos visando à integração da massa de migrantes gerada pelo esforço de guerra. Em Rio Branco, iniciou-se um forte processo de diversificação da produção rural e de criação de infraestrutura voltada para produção urbana, com o ideal de se transformar ex-seringueiros em produtores rurais capazes de produzir bens de consumo para abastecerem a cidade e para a criação de uma pequena estrutura produtiva urbana (PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO, 2013).

Em 1950, já era considerável o peso da população urbana de Rio Branco no cômputo geral do crescimento demográfico urbano do Acre, conforme demonstrado na Tabela 1. Esse crescimento mais que dobrou no período entre os anos de 1950 e 1960, e, em 1960, já atingia mais de 54% deste contingente, expondo a necessidade de se reestruturarem os serviços urbanos (IBGE, 1950 e 1960).

Tabela 1: População residente no Acre e em Rio Branco em 1950 e 1960

ENTES FEDERATIVOS	1950			1960		
	TOTAL	RURAL	URBANO	TOTAL	RURAL	URBANO
ACRE	114.755	99.492	15.263	158.852	127.421	31.431
RIO BRANCO	28.246	20.633	7.613	47.882	30.778	17.104
PARTICIPAÇÃO DE RIO BRANCO NO TOTAL (%)	24,6	20,7	49,9	30,1	24,2	54,4

FONTE: IBGE - Censos Demográficos de 1950 e 1960.

Em 1952, o Brasil possuía 1.900 municípios, dentre os quais, 1.500 não dispunham de sistema de abastecimento de água, sendo Rio Branco um deles. Tal situação foi reconhecida pelo próprio Presidente Vargas em discurso proferido em 1952, quando da realização do II

Congresso Nacional de Municípios, evento no qual foram criadas as bases para o Primeiro Plano Nacional de Financiamento para Abastecimento de Água (DNERu, 1962 apud REZENDE; HELLER, 2008, p. 231).

Portanto, apesar de ser a capital de um Território Federal, onde os governadores e prefeitos eram nomeados pela Administração Federal, Rio Branco, iniciou os anos de 1950 sem serviços públicos de saneamento. Conforme Sousa e Neves (2012), que descreveram relatos de antigos moradores da cidade, o abastecimento de água das famílias era suprido por poços ou nascentes, em sua grande maioria, sem canalização interna. Muitos utilizavam também as águas de rios e igarapés, principalmente para a lavagem de roupas. Havia ainda algumas fontes públicas implantadas pelo poder público.

Nem mesmo as condições criadas no âmbito do primeiro Plano Nacional de Financiamento para Abastecimento de Água, em 1953, beneficiou a cidade. Embora fossem por ela atendidos aos critérios estabelecidos no referido Plano, a ausência de autonomia devida à condição político-administrativa da cidade, na condição de capital de um Território Federal, e, portanto, pertencente ao Governo Central, impossibilitou-a de beneficiar-se dos financiamentos.

O Governo Federal reconhecia a falta de saneamento na Amazônia como um empecilho ao desenvolvimento regional e nacional. No Primeiro Plano Quinquenal (1955-1959), da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia - SPVEA, instituição criada no âmbito da Constituição Federal (CF) de 1946, cujo objetivo era promover o desenvolvimento da Amazônia, destacava-se a crítica situação do saneamento na região e, particularmente, nas suas capitais. Descreviam-se os serviços básicos de saneamento como imprescindíveis em qualquer programa de saúde e que, juntamente com a assistência médica e a educação sanitária, deveriam constituir-se como o mínimo indispensável quando da impossibilidade de se executar um programa sanitário completo. O referido Plano da SPVEA assumiu a premissa de que os efeitos benéficos das ações de saneamento sobre as coletividades incidiriam no melhoramento de seu estado econômico e sanitário. Depreende-se, pois, que a instalação de serviços adequados de abastecimento de água e esgotamento sanitário, na visão do Plano, resultaria no declínio dos coeficientes de mortalidade geral e infantil, bem como o das moléstias veiculadas pela água (SUPERINTENDÊNCIA..., 1955).

Em seu bojo, o Primeiro Plano Quinquenal da SPVEA visava à realização de estudos e obras de construção ou ampliação de serviços de abastecimento de água nas capitais e localidades do interior dos

Estados e Territórios Federais da região amazônica, além de estudos, construção e reconstrução e ampliação de sistema de esgotamento sanitário nas capitais e a melhoria das condições higiênicas de suas habitações (SPVEA, 1955).

Doze anos se passaram e, em 1969, o sistema de abastecimento de água passou pela sua primeira mudança. A cidade de Rio Branco, que principiara a década de 1960 com uma população em ritmo acelerado de crescimento e em presença de um sistema de abastecimento de água bastante rudimentar, começa, então, a se voltar para o atendimento das demandas sanitárias.

A Tabela 2 apresenta dados relativos ao saneamento em Rio Branco e no Acre extraídos do Censo Demográfico de 1970 (IBGE, 1971). A população que já havia mais que dobrado entre os anos de 1950 e 1960 (Tabela 1), em 1970, segue em ritmo acelerado de crescimento, sobretudo na área urbana, cuja população mais que dobrou em dez anos, incidindo em uma maior necessidade de investimentos em infraestrutura. Para os dados de saneamento, o censo não distinguiu entre domicílios urbanos e rurais, tornando a realidade escamoteada, já que a maior parte dos investimentos públicos para o setor concentrou-se basicamente no meio urbano. Mesmo assim, percebe-se uma extrema carência na oferta dos serviços, denotada pelo baixo número de domicílios ligados à rede geral de água (ainda ofertada de forma bruta), pela ausência de rede geral de esgotos e pela inexpressiva existência de fossas sépticas (IBGE, 1971).

Tabela 2: Situação do abastecimento de água e esgotamento sanitário no Acre e em Rio Branco em 1970

Indicadores	Acre	Rio Branco
População total	215.299	83.977
Taxa de urbanização	26,3	41,1
Domicílios abastecidos por rede geral de água (%)	3,0	6,2
Domicílios abastecidos por poço ou nascente (%)	21,7	26,2
Domicílios atendidos por rede de esgotamento sanitário (%)	0	0
Domicílios atendidos por fossa séptica (%)	1,1	2,0
Domicílios atendidos por fossa rudimentar (%)	28,2	44,4
Domicílios com escoadouro de esgoto em vala, rio, lago ou mar (%)	11,3	2,4

FONTE: IBGE - Censo Demográfico de 1970.

Costa Filho (1995) destaca que este rápido crescimento populacional urbano verificado no período (de 47.882, em 1960, para 83.977, em 1970) foi fruto de incentivos visando à ocupação da região. No final dos anos 1960 e início dos 1970, com as políticas setoriais do governo militar cujos interesses abrangiam a integração e desenvolvimento da Amazônia, verifica-se a intensificação dos fluxos migratórios rumo a este território.

A penetração do capital, e ações dela decorrentes, desestrutura antigas relações sociais de produção e as substitui por novas, pautadas na exploração desenfreada e predatória dos recursos naturais, resultando na expropriação dos povos nativos e dos já assentados na região, com posse das propriedades. Ianni (1979) cita várias mudanças decorrentes das políticas adotadas, principalmente no período que vai de 1966 a 78. Entre outras medidas, aponta a diversificação das atividades produtivas; o desenvolvimento do sistema de crédito público e privado; e o agravamento da luta pela terra, envolvendo vários agentes e a reformulação do significado da geopolítica da região amazônica, tanto no que diz respeito aos problemas de "defesa nacional" como no que se refere aos problemas da "segurança interna".

O efeito dessa ocupação desordenada na cidade de Rio Branco foi a ampliação da exclusão social. Oliveira (1985) comenta a percepção do processo de crescimento da referida cidade, que desnuda claramente a instabilidade das condições de vida da população migrante nos bairros periféricos. Expulsa dos campos, essa população vê-se submetida a pressões constantes devido à falta de emprego e à insegurança das moradias, além da falta de assistência médico-hospitalar e desamparo legal. Assim, o processo de consolidação do espaço urbano resultou em um território que agregava velhos e novos problemas, traduzidos pelas agendas que se sucediam e mostravam-se incapazes de ampliarem o acesso a serviços públicos, dentre os quais, o saneamento, tornando-se mais um elemento de geração de desigualdades.

Portanto, apesar da implantação dos serviços de abastecimento de água em 1957, o município chega ao final da década de 1960, com uma baixa oferta de serviços de saneamento, agravada pela total falta de investimento no sistema.

Soluções e alternativas propostas

Kingdon (2003) descreve que o fluxo das soluções e alternativas pode ser um processo de acumulação gradual de conhecimento e perspectivas entre os especialistas ou de surgimento de uma nova

tecnologia. Mas ressalta que este independe da ciência ou do conhecimento, e que tais fluxos de soluções podem ser construídos gradualmente através de um processo de discursos, de audiências e de projetos de lei. A forma como evoluiu a atuação do Serviço Especial de Saúde Pública – SESP, a partir de 1950, que em sua fase de notório caráter nacionalista ampliou sua presença no interior do país, mobilizou esforços visando às soluções e alternativas para a construção das políticas de saneamento do Governo Federal para a instalação dos serviços na cidade de Rio Branco (REZENDE; HELLER, 2008).

Conforme Cardoso (2009), os Acordos de Washington firmados em 1942 culminaram com a autorização dada pelo Ministério da Educação e Saúde para a organização do SESP, em decorrência de acordo firmado entre o Governo brasileiro e o Instituto de Assuntos Interamericanos (IAIA), agência criada pelo Governo dos Estados Unidos com a pretensa motivação de promoção da assistência técnica com os países da América Latina. A instituição funcionou, inicialmente, movida por questões pautadas nos esforços de guerra. Entre suas atribuições estava a formação de agentes de saúde, a construção de unidades de saúde, as intervenções de engenharia sanitária voltadas para a construção de diques e aterros, estações de tratamento de água e sistemas de coleta de esgotos, além de atividades de educação sanitária e combate às doenças endêmicas no entorno das bases militares do nordeste do país, nas áreas de produção de borracha na Amazônia e de exploração de minerais estratégicos no Vale do Rio Doce, em Minas Gerais. Rezende e Heller (2008) enfatizam que a verdadeira razão para o estabelecimento dessa cooperação com o Governo Norte Americano foi a demanda por recursos minerais e vegetais surgidas com a II Guerra Mundial.

O SESP sobreviveu ao fim da guerra, firmou-se como agência responsável por garantir o saneamento necessário ao desenvolvimento das áreas rurais, favorecendo a penetração do poder público nacional pelo interior do País. No início dos anos 1950, o referido órgão ampliou sua área de atuação técnica e seus limites geográficos, estabelecendo acordos de cooperação com diversos estados e municípios, por intermédio de seus programas regionais (CARDOSO, 2009).

A participação do SESP nas ações do Primeiro Plano Nacional de Financiamento para Abastecimento de Água de 1953 foi de fundamental importância. Criado em função das preocupações com o crescimento da população urbana e o conseqüente aumento da demanda por saneamento, o referido Plano priorizava financiar municípios que não possuíssem sistemas de abastecimento de água, contemplando cidades com até 50.000 habitantes. Nos locais onde o

SESP atuava, este órgão receberia o financiamento para a realização das ações e tais investimentos seriam pagos mediante as receitas estabelecidas por meio da cobrança de tarifas. A instituição buscava também a adoção de um modelo de gestão que substituísse as administrações diretas por modelos mais flexíveis, com autonomia financeira e administrativa (REZENDE; HELLER, 2008).

Nesse sentido, é impossível desvincular a implantação do serviço de abastecimento de água de Rio Branco da manutenção do SESP no pós-guerra, em um contexto regido pelas novas funções da saúde pública internacional e projetos de desenvolvimento do Estado brasileiro. Campos (2006) destaca que, entre as décadas de 1940 e 1980, as políticas internacionais de saúde, que pressupunham relações entre estados nacionais soberanos, eram ditadas pelo jogo político da Guerra Fria, transformando-se em instrumentos de demonstração da superioridade política e tecnológica dos países capitalistas.

Foi nesse contexto que o SESP reorientou seus objetivos, associando-os aos planos de desenvolvimento brasileiros das décadas de 1950 e 1960 e levando os instrumentos de saúde pública às regiões mais carentes do País. Andrade (2012) sustenta que no referido período, a saúde e o saneamento passaram a ser considerados investimentos no desenvolvimento, instrumentos de eliminação da pobreza e, na conjuntura da Guerra Fria, propaganda política contra o comunismo. O SESP foi favorecido neste contexto, vinculando-se aos projetos governamentais, como a SPVEA na Amazônia.

Em relação à atuação do SESP em Rio Branco, conforme Klein (2010), os serviços de saúde do Território do Acre contaram com o apoio da instituição no desenvolvimento da atividade de abastecimento de água, na realização das primeiras sondagens do solo para a perfuração de poços artesianos, em 1949, e que posteriormente, contribuíram para o detalhamento técnico do primeiro projeto de sistema de distribuição de água da cidade. Em 1957, após negociações do então Governador do Território, finalmente o primeiro sistema de abastecimento de água de Rio Branco foi implantado.

Uma segunda grande mudança ocorreu em 1969, como fruto de ações diretamente relacionadas às soluções e alternativas fomentadas pela então Fundação Especial de Saúde Pública – FSESP. Conforme Lima e Pinto (2003), no início da década de 1960, o SESP passou à categoria de fundação, vinculada ao Ministério da Saúde, com caráter permanente, com atuação em todas as unidades da federação, nas esferas locais, por meio de contratos de construção de sistemas de abastecimento de água e tratamento de esgotos.

Esta mudança institucional se insere nas modificações sofridas na política de saúde, quando se deu o fim da integração entre os setores de saúde e saneamento, dicotomia enfrentada ao longo da década de 1950. Nesta nova fase, a FSESP tem o predomínio de sua atenção em saneamento e um esvaziamento das ações assistenciais. A crise financeira na qual a nova instituição mergulhou, em função do término do contrato de auxílio com os Estados Unidos, ocasionou a extinção de diversos convênios na área de saúde e a expansão de ações de caráter preventivo, notadamente de saneamento, principalmente na gestão dos Serviços Autônomos de Água e Esgotos – SAAEs, que passaram a ser financiadas pelo BID – Banco Interamericano do Desenvolvimento, a partir de 1966 (REZENDE; HELLER, 2008).

Na Amazônia, Azevedo (2014) descreve este financiamento pelo BID como o catalisador da instalação do SAAE na cidade de Parintins, município do Estado do Amazonas, em 1966. Chama também a atenção para a imposição contratual do BID, de que a administração dos serviços de água deveria ficar a cargo da FSESP até a liquidação total do débito. O mesmo autor destaca ainda que, dentre os critérios de seleção das cidades integrantes do Programa, incluía-se o estudo de viabilidade de tarifa que pudesse fazer frente aos custos de operação, manutenção, depreciação e expansão normal dos serviços, bem como, os custos decorrentes da operação do empréstimo.

Por toda a década de 1960, a FSESP reforçou o seu papel de braço do Estado brasileiro para o fornecimento de pessoal qualificado e de tecnologias de engenharia sanitária adequados para os municípios brasileiros, principalmente aqueles localizados em regiões mais isoladas, como os da Amazônia e do Nordeste. Campos (2006) aponta a instituição como potencial criadora de um modelo de administração sanitária e de saúde pública peculiar que acabou dando continuidade ao processo de interiorização dos serviços de saúde de referência no País.

Portanto, a contribuição da FSESP ao setor de saneamento durante a década de 1960 é inegável, principalmente ao demonstrar a importância da engenharia sanitária no controle de endemias. Sua expertise em tratamento e distribuição de água e ao esgotamento sanitário, providos de tecnologias apropriadas e de baixo custo disponíveis, mostrou-se essencial para a resolução dos problemas de saneamento de Rio Branco.

A Dinâmica Política

O terceiro fluxo destacado por Kingdon envolve os acontecimentos políticos considerados como “poderosos formadores de agenda”. Para o autor, independentemente do reconhecimento de um problema ou do desenvolvimento de propostas de soluções, eventos políticos fluem de acordo com dinâmica e regras próprias. Os participantes percebem as mudanças na atmosfera política nacional, as eleições trazem novos governos e novas configurações partidárias ou ideológicas ao Congresso, gerando, por sua vez, instrumentos de pressão sobre o governo por grupos de interesse de vários tipos (KINGDON, 2006b).

O mesmo autor destaca várias maneiras de negociação no processo da dinâmica política como forma de se chegar a um consenso, incluindo aí a atração de políticos para alianças através de satisfação de suas reivindicações ou fazendo concessões em prol de soluções de maior aceitação. Porém, destaca que a combinação de uma vontade nacional com o processo eleitoral é uma formadora de agendas mais poderosa do que aquela criada por grupos de interesse. Portanto, as forças das eleições presidências na República Nova (1945, 1950, 1955 e 1960), geraram configurações políticas fundamentais para o contexto das agendas do saneamento no País e na Região Amazônica.

Nesse sentido, no cenário da política nacional, o fim da II Guerra Mundial e do Estado Novo, a redemocratização do país e a reintrodução do pluripartidarismo foram elementos importantes no contexto do saneamento de Rio Branco. Os novos partidos políticos, criados no bojo da redemocratização, impulsionaram a dinâmica política brasileira. Destaca-se a criação do Partido Social Democrático (PSD), que envolveu políticos e burocratas privilegiados durante o Governo Vargas (fazendeiros, industriais e banqueiros); o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), representando os trabalhadores urbanos organizados; e a União Democrática Nacional (UDN), instituída pelos constitucionalistas liberais, exprimindo o pensamento da pequena burguesia nacional (DANTAS, 2011).

Na política local, dois ex-governadores do Território, tornaram-se as maiores lideranças políticas no Acre Território, tendo assumido a responsabilidade pela organização de dois dos partidos supracitados, o PDS e o PTB, que antagonizaram na política local, embora aliados nacionalmente. Portanto, se no cenário político nacional, durante o período compreendido entre os anos de 1950 a 1962, o PTB e o PSD estiveram no comando da política, no Território

do Acre, diferentemente do que ocorria em âmbito nacional, o PSD e o PTB estavam em polos opostos.

D'araújo (1992) enfatiza o quanto a Constituição de 1946 foi importante nesse ponto, tendo em vista que avançou, principalmente, quanto ao tema do planejamento e da institucionalização de instrumentos efetivos para a elaboração de estratégias de desenvolvimento regional, estabelecendo em seu bojo o ideário da “valorização”, do “desenvolvimento” e do “aproveitamento das possibilidades econômicas” de regiões consideradas deprimidas ou atrasadas economicamente.

Dessa forma, o que a Constituição Federal de 1946 propôs foi assegurar uma política governamental de valorização de regiões como o Nordeste (Artigo 198), a Amazônia (Artigo 199) e o Vale do Rio São Francisco (Artigo 29 das Disposições Transitórias), com o objetivo de assegurar alguma forma de intervenção estratégica do Estado nacional brasileiro no sentido de atrair investimentos para regiões menos favorecidas economicamente (BRASIL, 1947).

Nesse contexto, iniciou-se de modo mais contundente um estímulo à criação de novos órgãos ou instâncias governamentais com o foco de atuação especificamente voltado para o planejamento, o fomento e a elaboração de políticas de desenvolvimento regional. Foi com a criação de órgãos como a Comissão do Vale do Rio São Francisco - CVSF, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco - CHESF, ambas em 1948, e a SPVEA, em 1953, que as experiências de planejamento regional se iniciaram no País de forma mais sistemática. Organizadas do ponto de vista de uma estratégia institucional mais ampla e tendo como foco a atuação especificamente direcionada ao problema do desenvolvimento regional, essas experiências trouxeram consigo os alicerces de todo um leque de preocupações que se intensificaram com a elaboração de propostas de planejamento voltadas para o desenvolvimento de regiões periféricas do Brasil (OLIVEIRA, TRINDADE e FERNANDES, 2014).

De acordo com o Primeiro Plano Quinquenal da SPVEA, dadas as deficiências das cidades da região amazônica no que se refere aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, antes mesmo da conclusão dos trabalhos preliminares constantes do programa de emergência que foi elaborado em 1954, foi proposta no orçamento do Primeiro Plano Quinquenal (1955-1959), a inclusão de verbas necessárias para dar início à execução de obras de saneamento definitivas para as capitais, bem como dar continuidade ao auxílio iniciado com a finalidade de melhorar as condições sanitárias das localidades do interior em cooperação com o SESP (SPVEA, 1955).

No contexto das políticas sociais do projeto desenvolvimentista do Governo Federal, em 1953, foi criado o Ministério da Saúde. No entanto, esta instituição contou com escassos recursos no decorrer de toda a década de 1950, o que não atenuou a situação do quadro de indicadores de saúde desfavorável para a maior parte da população brasileira. No saneamento, como se observa neste período, verifica-se a dicotomia entre os setores de saúde e saneamento, obtendo, este último, uma dinâmica própria com foco na tentativa de superação do modelo de administração direta e sua substituição por modelos autônomos visando à sustentabilidade financeira via política tarifária, via FSESP (REZENDE; HELLER, 2008).

O regime militar que se instalou no Brasil, a partir de 1964, assumiu um projeto de modernização permeado pela doutrina de segurança nacional. A lógica de sustentação do referido projeto de modernização se assentava em uma nação forte e equiparável aos países desenvolvidos. Nesse sentido, em nome da modernização, foram forjadas várias reformas institucionais de suporte à economia e ao povoamento de regiões isoladas, tais como a amazônica. Para tanto, o completo controle sobre o Estado e suas unidades federativas foi utilizado como instrumento fundamental para acelerar o processo de modernização (SERRA; GARCIA, 2004).

Na política de saneamento, o período que vai de 1964 a 1971, considerado por Rezende e Heller (2008) como preparatório para a instalação do Plano Nacional de Saneamento, o PLANASA, teve como característica principal a intervenção direta do governo central na política econômica e suas preocupações com os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, como suporte necessário ao processo de industrialização e consequente intensa urbanização.

Os mesmos autores destacam as inegáveis importantes políticas governamentais para o saneamento neste período, tais como, a criação do Banco Nacional de Habitação – BNH, em 1964; a criação do Grupo Executivo do Fundo Nacional de Financiamento para o Abastecimento de Água – GEF, em 1965; a instituição do Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social - PDDEC, em 1966, que estabeleceu metas audaciosas a serem alcançadas até 1976 (66% de cobertura populacional por sistema de abastecimento de água e 61% de cobertura populacional por sistema de esgotamento sanitário); o Plano Estratégico de Desenvolvimento (1968-1970), que recomendou a criação de um Conselho Nacional de Saneamento e de um Fundo Nacional de Saneamento, e a instituição do Fundo de Investimento em Saneamento – FISANE em 1967.

Conforme Pedro (1969) apud Rezende e Heller (2008), com a criação do Grupo Executivo do Fundo Nacional de Financiamento para o Abastecimento de Água - GEF, as imposições para a realização dos financiamentos incluíam a análise econômica e financeira e a existência de organização autônoma, dinâmica e flexível na figura jurídica de uma autarquia ou sociedade de economia mista. Além do mais, exigia-se a contratação de órgão de assistência técnica, geralmente FSESP ou DNOS, cujo pessoal teria sido treinado pelos engenheiros norte-americanos.

No plano regional, em 1966, o governo militar criou a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, em substituição a SPVEA. Conforme Leitão (2009), a SUDAM foi criada nos moldes da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, com a função de planejar o desenvolvimento da região e foi responsável pela viabilização de projetos de médio e grande porte na Amazônia que deram suporte a atividades econômicas na região através de incentivos fiscais e financeiros.

Na questão política local, depois de 58 anos de luta do movimento dos autonomistas, foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente João Goulart, a Lei Nº 4.070, que transformou o Território Federal do Acre em Estado, em 15 de junho de 1962.

A convergência dos três fluxos: o saneamento na agenda dos governos

A Tabela 3 contempla um resumo da configuração dos três fluxos que ensejaram a abertura das janelas de oportunidades que levaram o saneamento à agenda dos governos em 1957 e em 1969.

Tabela 3: O saneamento na agenda dos Governos: formulação política em Rio Branco nos anos de 1957 e 1969, conforme o modelo dos múltiplos fluxos de Kingdon

Períodos	O fluxo de definição de Problemas	O fluxo de Soluções e Alternativas Propostas	O fluxo da Dinâmica Política	Abertura da Janela de Oportunidade
1957: IMPLANTAÇÃO DOS SERVIÇOS	Ausência dos serviços públicos de saneamento. População urbana em rápida expansão.	Momento no qual ocorre a organização e a permanência do SESP no pós-guerra.	O saneamento inserido nas preocupações com a saúde pública visando à demonstração de superioridade política e tecnológica dos países capitalistas na Guerra Fria. Redemocratização do País no pós-guerra e pluripartidarismo. Criação do I Plano Nacional de Financiamento para o Abastecimento de Água. Preocupações com o Desenvolvimento Regional (SPVEA). Alinhamento político entre os Governos local e nacional.	O fluxo da dinâmica política cria as reais oportunidades para a entrada do saneamento na agenda. Ocorre a convergência dos fluxos pelos empreendedores da política. Constituição de lideranças do PSD nos níveis local e nacional. Implantação dos serviços de abastecimento de água, com apoio técnico do SESP e financeiro da SPVEA. Modelo de administração direta sob a reponsabilidade do Governo do Território.
A MUDANÇA INSTITUCIONAL de 1969	Ausência dos serviços de esgotamento sanitário. Ausência de sistema de tratamento de água. Baixa cobertura de domicílios ligados à rede de distribuição de água. Ritmo de crescimento populacional urbano intenso.	Transformação do SESP em Fundação (FSESP) ampliando a natureza empresarial das ações de saneamento. Possibilidades de financiamento do BID e convênios com a FSESP.	Consolidação do projeto de modernização da ditadura militar. Governadores e prefeitos aliados e nomeados com o Governo Federal. Política de integração da Amazônia (SUDAM). Exigência de autonomia, flexibilidade e sustentabilidade financeira da prestadora dos serviços.	Fluxo da dinâmica política comandando o processo. Convergência dos fluxos pelos empreendedores da política local e nacional no período da ditadura militar; Criação dos Serviços Autônomos de Água e Esgotos (SAAE), com delegação da gestão à FSESP e apoio financeiro da SUDAM. Modelo de Autarquia Estadual, sob a reponsabilidade do Governo do Estado do Acre.

Conforme o modelo dos múltiplos fluxos de Kingdon (2003), para que uma questão atraia a atenção dos formuladores de políticas, passando a integrar a agenda, é preciso haver um problema reconhecido, uma solução disponível e condições políticas propícias. É da combinação desses elementos que advém a mudança na agenda. O

modelo considera fundamental para a mudança na agenda a relação entre soluções, problemas e o contexto político.

Segundo o mesmo autor, o acesso de um tema à agenda é facilitado em momentos nos quais se verifica uma oportunidade para a convergência dos três fluxos – problemas, soluções e política. Esta oportunidade, geralmente é originada nas dinâmicas internas dos fluxos de problemas ou de política. No primeiro caso, um problema pode ser definido e ganhar destaque, demandando atenção governamental. Para este problema, os formuladores de políticas buscam ideias no fluxo de soluções, sendo algumas alternativas selecionadas e outras descartadas. No segundo caso, eventos do fluxo político podem criar oportunidades para a ação governamental. Propostas e problemas que se encaixam nas diretrizes políticas do governo ganham prioridade na agenda, enquanto outras questões são ignoradas.

Kingdon (2003) ressalta que apenas estes dois fluxos (político e de problemas) podem elevar uma questão à agenda governamental. O fluxo de soluções exerce influência apenas sobre a especificação de alternativas e não sobre o processo de formação da agenda.

Conclui-se que, no caso do saneamento de Rio Branco, foi o fluxo da dinâmica política que criou as reais oportunidades para a sua entrada na agenda, sob o impacto das mudanças ocorridas no País, na segunda metade dos anos 1940. Problemas existiam, em 1957, caracterizados pela total ausência dos serviços de saneamento e, em 1969, pela deficiente oferta de serviço de abastecimento de água aliado à ausência de esgotamento sanitário, ambos em um contexto de rápido crescimento urbano. Soluções e alternativas também existiam através da expertise do SESP, em 1957, e da FSESP, em 1968, sendo ambas instituições detentoras de todos os instrumentos da engenharia sanitária para viabilizar a entrada do saneamento na agenda.

A instalação dos serviços, em 1957, surge na égide do nacional-desenvolvimentismo, nos moldes da criação de uma política orientada pelo Estado e pautada pela convicção de que a estratégia do desenvolvimento só se tornaria viável se fosse acompanhada pela superação dos desafios ao desenvolvimento regional brasileiro, o que veio a desencadear várias reformas, criando oportunidades para a ampliação da infraestrutura de saneamento na Amazônia. Por outro lado, o alinhamento político local, representado pelos dois deputados federais pertencentes aos mesmos partidos que formavam a base de sustentação dos presidentes eleitos (Partido Social Democrático - PSD e o Partido Democrático Brasileiro - PTB), responsáveis pelas

indicações dos governadores do Território e dos prefeitos da cidade, também se configuram como oportunidades políticas.

A mudança institucional de 1969 aconteceu no ambiente das mudanças ocorridas no País durante a década de 1960, principalmente com a implantação da ditadura militar e sua política para o desenvolvimento da Amazônia, onde as imposições estabelecidas pela nova política de saneamento e suas exigências para o financiamento dos sistemas de abastecimento de água passavam pela demonstração de equilíbrio nas contas, com base em análises econômicas e financeiras, combinadas com a constituição de organizações de gestões autônomas, dinâmicas e flexíveis.

Referências

GOVERNO DO TERRITÓRIO FEDERAL DO ACRE. **Relatório de atividades**. Rio Branco: [s. n.], 1958.

ANDRADE, R. D. P. **A Amazônia na era do desenvolvimento: saúde, alimentação e meio ambiente (1946-1966)**. 2012. 378 f. Tese (doutorado em história das ciências e saúde da casa Oswaldo Cruz)–FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2012.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 2013. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 19 maio 2015.

AZEVEDO, R. P. **Serviços autônomo de águas e esgotos no Estado do Amazonas: Uma cronologia**. [S.l.], 2014. Disponível em: <<http://www.saneamentobasico.com.br/portal/wp-content/uploads/2013/02/SERVI%C3%87OS-AUT%C3%94NOMOS-DE-%C3%81GUA-E-ESGOTO.pdf>>. Acesso em: 27 fevereiro 2015.

BRASIL. Constituição da República dos estados Unidos Brasil, de 18 de setembro de 1946. **Coleção de Leis da República dos Estados Unidos do Brasil**. Atos do poder legislativo. Rio de Janeiro, DF, Imprensa Nacional, v. 8, p. 8-43, out./dez. 1947. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/>>. Acesso em 21 maio. 2015.

CAMPOS, A. L. V. **Políticas internacionais de saúde na Era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

CARDOSO, J. L. R. **Educando os educadores: ciências sociais e educação sanitária na experiência do SESP (1950-1960)**. 2009. 212 f.

Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde)–Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2009.

COSTA FILHO, O. S. **Reserva extrativista: desenvolvimento sustentável e qualidade de vida.** 1995. 156 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas)–Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1995.

D'ARAÚJO, M. C. **Amazônia e desenvolvimento à luz das políticas governamentais: a experiência dos anos 50.** *Revista brasileira de Ciências Sociais*, [S.l.], n. 9, ano 7, p. 41-55, jun. 1992.

DANTAS, J. S. **Estado e sociedade civil no Acre: (1970-1980).** 2011. 113 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)–Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

FREITAS, A. S. Depoimento [set. 2014]. Entrevistador: O. S. da Costa Filho. Rio Branco: UFAC, 2014. Entrevista concedida ao projeto de pesquisa "Altenância de poder ou poder de alternância? As agenda dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário de Rio Branco".

HELLER, L.; CASTRO, J. E. **Política pública de saneamento: apontamentos teórico-conceituais.** *Eng. sanit. ambient.* [S.l.], v. 12, n. 3, p. 284-295. Jul./set. 2007.

IANNI, O. **Ditadura e agricultura.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico.** Rio de Janeiro: IBGE, 1950.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico.** Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico.** Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades.** Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=120040&search=acre|rio-branco|infograficos:-informacoes-completas>. Acesso em: 04 março 2015.

KINGDON, J. Como chega a hora de uma idéia? In: SARAIVA, E.; FERRAREZI, E. (org.). **Políticas públicas**. Brasília: ENAP, 2006a. v. 1, p. 219-224. (Coletânea).

KINGDON, J. Juntando as coisas. In: SARAIVA, E.; FERRAREZI, E. **Políticas públicas**. Brasília: ENAP, 2006b. v. 1, p. 224-245. (Coletânea).

KINGDON, J. W. **Agendas, alternatives and publics policies**. 3th. ed. New York: Harper Collins, 2003.

KLEYN, Estanislau Paulo. **As relações intergovernamentais na implantação da política de saúde no Estado do Acre de 1990 até 2008**. 2010. 243 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública)–Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, São Paulo, 2010.

LEITÃO, K. O. A dimensão territorial do Programa de Aceleração do Crescimento: um estudo sobre o PAC no estado do Pará e o lugar que ele reserva à Amazônia no desenvolvimento do país. 2009. 285 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional)–Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

LIMA, A. L. G.; PINTO, M. M. S. Fontes para a história dos 50 anos do Ministério da Saúde. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 1037-1051, set./dez., 2003.

LIMA, W. T.; SILVA, I. O. Proposição de territórios federais no Amazonas. **REVISTA GEONORTE**, [s. l.], v. 7, n.1, p. 265-281, 2013. Edição especial 3 Disponível em: <<http://www.revistageonorte.ufam.edu.br/attachments/article/14/PROPOSTA%20DE%20TERRIT%20FEDERAIS%20NO%20AMAZONAS.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2014.

OLIVEIRA, L. A. P. **O sertanejo, o brabo e o posseiro: os cem anos de andanças da população acreana**. Rio Branco: Governo do Estado do Acre, 1985.

OLIVEIRA, L. A. P. Dinâmica populacional e social na região amazônica. **Cad. Est. Soc.**, Recife, v. 2, n. 1, p. 41-78, jan./jun., 1995.

OLIVEIRA, W. P.; TRINDADE, J. R.; FERNANDES, D. A. O planejamento do desenvolvimento regional na Amazônia e o ciclo ideológico do desenvolvimentismo no Brasil. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 201-230. Jun. 2014.

REZENDE, S. C.; HELLER, L. **O Saneamento no Brasil: políticas e interfaces**. 2.ed. rev. e aum. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO. **A Rio Branco que vivemos**: registros históricos dos 100 anos da prefeitura. Rio Branco: PMRB, 2013.

SERRA, M. A.; GARCIA, F. R. Perspectivas de desenvolvimento da Amazônia: motivos para otimismo e para o pessimismo, **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 13, n. 12, p. 107-131, jul./dez. 2004.2004.

SOUSA, M.; NEVES, M. V. **Vertentes da memória**: história oral do cacimbão da Capoeira. Rio Branco: Fundação Garibaldi Brasil, 2012.

SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA (SPVEA). **Primeiro Plano Quinquenal**. Belém: Setor de Coordenação e Divulgação, 1955. 2v, v. 2.